

A interseccionalidade trágica em *Úrsula* (1859), de Maria Firmina dos Reis: um estudo da personagem Mãe Susana

The Tragic Intersectionality in Úrsula (1859), by Maria Firmina dos Reis: A Study of the Character Mother Susana

Joyce Pereira Vieira

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)
Juiz de Fora | MG | BR
(CAPES)
joyce.vieira@educacao.mg.gov.br
<https://orcid.org/0000-0002-2024-8260>

Nícea Helena de Almeida

Nogueira
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)
Juiz de Fora | MG | BR
nica.nogueira@ufjf.br
<https://orcid.org/0000-0003-0935-9987>

Resumo: O presente artigo tem como objetivo principal aplicar o conceito de interseccionalidade interligado com a ideia do trágico, conforme Terry Eagleton (2013), na análise da personagem Mãe Susana do romance firminiano *Úrsula* (1859). A partir dessa personagem, pode-se perceber a convergência de alguns eixos interseccionais de opressão social tais como gênero, raça, violência, privação de liberdade, usurpação de identidade e de pertencimento. A escravidão no Brasil Oitocentista foi uma ignomínia referendada tanto pelo governo quanto pela sociedade patriarcal da época, uma tragédia de proporção nacional. Partindo dos estudos de Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2021), bell hooks (2019) e Eduardo Duarte (2018), pretende-se realizar um estudo crítico dessa importante obra da literatura brasileira com foco na personagem escravizada supracitada. Dessa forma, para esse estudo, o método adotado pauta-se na realização de pesquisa bibliográfica com revisão da literatura relevante para fundamentar a proposta apresentada.

Palavras-chave: Escravidão; interseccionalidade; Maria Firmina dos Reis; trágico.

Abstract: This article aims to apply the concept of intersectionality, intertwined with the notion of the tragic, as proposed by Terry Eagleton (2013), in the analysis of the character Mother Susana from Firminiano's novel *Úrsula* (1859). Through this character, the study explores the convergence of multiple intersecting dimensions of social oppression, including gender, race, violence, deprivation of freedom, usurpation of identity, and



belonging. Slavery in nineteenth-century Brazil constituted a national tragedy and a disgrace sanctioned by both the government and the patriarchal society of the time. Drawing on the works of Patricia Hill Collins and Sirma Bilge (2021), bell hooks (2019), and Eduardo Duarte (2018), this research conducts a critical analysis of this significant piece of Brazilian literature, with a specific focus on the enslaved character mentioned. The methodology employed for this study is based on a comprehensive literature review to provide a solid foundation for the proposed approach.

Keywords: Slavery; intersectionality; Maria Firmina dos Reis; tragic.

Introdução

No intuito de entrelaçar a ideia do trágico, proposta por Terry Eagleton, de que “[...] a tragédia sobrevive até a era moderna” (Eagleton, 2013, p. 268) e está imiscuída em outros gêneros como o romance e o conto, além de que o trágico se acomoda bem em países periféricos (a lembrar do Brasil), longe do epicentro do capitalismo europeu em que os protagonistas não estariam no seio da burguesia urbana de grandes nações, com nossa tese de que a escravidão brasileira representada em romances como *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis, pode ser lida em uma perspectiva de alegoria desse trágico sobrevivente, propomos uma leitura das opressões interseccionais sofridas pela personagem Mãe Susana nessa chave de interpretação¹. A referida personagem é uma mulher negra escravizada sobre quem recai alguns eixos interseccionais de opressão social que pretendemos destacar no decorrer desse estudo, tais como: gênero, raça, violência, privação de liberdade, usurpação de identidade e de pertencimento. Toda essa opressão pode ser lida sob o viés da interseccionalidade a qual chamamos de trágica e que pretendemos demonstrar no decorrer da análise da personagem supracitada.

Uma fascinante exploração acerca do trágico, revelando nuances complexas desse conceito clássico tanto na literatura quanto na cultura é apresentada na obra *Doce violência*, de Eagleton. Em sua visão, ao invés de corroborar a morte da tragédia conforme afirmou George Steiner (2006), ele argumenta que ela sobreviveu, contudo, estaria imiscuída em outros gêneros como o romance e o conto, por exemplo. Eagleton (2013) crê em uma aliança positiva entre o romance e a tragédia, afirmado que o fato de a tragédia ser considerada uma questão de crise, podendo ser tanto uma condição quanto um evento, a faz servir muito bem para a criação de romances. Em sua obra, o crítico destaca elementos-chave que definem o trágico, proporcionando uma análise profunda e contemporânea principalmente a partir de exemplos oriundos da literatura inglesa como o romance *Clarissa* (1747) de

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES)

Samuel Richardson o qual caracteriza como “surpreendente” e cita que nele “[...] tragédia e lugar-comum são inseparáveis” (Eagleton, 2013, p. 278). Para o pesquisador, a personagem Clarissa “[...] é uma das grandes figuras trágicas da literatura inglesa” (Eagleton, 2013, p. 279). Ademais, pondera que apesar da arte trágica ser dotada de tom solene, portentoso, versando sobre fatalismo, resignação, inevitabilidade em uma postura formal de alguns críticos, ele vê nela uma conjuntura histórica, haja vista ela possuir aspectos do sofrimento como agonia, desespero, transtorno e desventura humanos, ou seja, o trágico revela-se como expressão da condição humana. Para o crítico, a tragédia também pode ser “[...] uma conciliação simbólica com nossa finitude e fragilidade, sem a qual qualquer projeto político pode soçobrar” (Eagleton, 2013, p. 19). Vê a fragilidade como fonte de poder por residir junto com algumas necessidades humanas. Para ele, se podemos vencer forças mortíferas, oprimivas, é devido a um impulso de liberdade frente a opressão, comparável ao impulso pela sobrevivência. Traz a ideia de como parte da arte trágica é frágil e destaca “[...] o quanto nos submetemos mais do que empreendemos com vigor, bem como quanto pouco espaço temos disponível para manobras” (Eagleton, 2013, p. 19), o que vê como o lado positivo de uma crença mística baseada em destino. Em sua perspectiva, o único elemento que perpassa todas as tragédias é o sofrimento, questão universal, apesar de acreditar também que

[...] todas as tragédias são específicas: há tragédias de povos e gêneros específicos, de nações e de grupos sociais específicos. Há a destruição dos tecelões ingleses, a longa degradação do escravagismo afro-americano, as indignidades do dia a dia cometidas contra mulheres, para não falarmos daquelas calamidades dissimuladas de vidas individuais obscuras, que carecem até mesmo da dignidade de um título político coletivo (Eagleton, 2013, p. 20, grifo nosso).

O crítico inglês reconhece haver uma discrepância entre a prática do trágico – mais diversificada – e a maior parte da teoria do trágico, de forma que não busca em sua obra um conceito universal para ele, pelo contrário, fornece variados posicionamentos acerca das filosofias do trágico e dialoga com eles. Neste presente estudo, adotamos sua perspectiva de sobrevivência do trágico em romances e buscamos analisar como a tragicidade do escravismo brasileiro se entrelaça com a ideia de interseccionalidade no romance supramencionado de Maria Firmina enfatizando a personagem Mãe Susana.

O romance firminiano *Úrsula* (1859) é uma obra publicada sob o advento do Romantismo no Brasil. Coube a Gonçalves de Magalhães a tarefa de introduzir o referido movimento em território nacional. Destacamos a existência de uma tragédia brasileira: *Antônio José ou O Poeta da Inquisição*, escrita por Gonçalves de Magalhães e que segundo o próprio autor foi “[...] a primeira tragédia escrita por um brasileiro e única de assunto nacional” (Magalhães *apud* Bosi, 2021, p. 103). Bosi (2021) afirma que Magalhães seria lembrado pela prioridade, no entanto, tece duras críticas quanto ao conservadorismo no gênero (tragédia) e na forma (verso clássico). Por um lado, consideramos a crítica de Bosi coerente tendo em vista as aspirações do movimento romântico. Por outro lado, de acordo com nossa proposta de sobrevivência do trágico, vimos nessa tragédia a ponta de nosso *iceberg* no que tange a pensar nossa ideia apontando especialmente no Brasil Oitocentista, foco de nossa análise.

O público leitor de romances românticos era “[...] mais vasto, que abrange os jovens, as mulheres e muitos semiletrados” (Bosi, 2021, p. 107) e esse “[...] novo público menos favorecido busca algum tipo de entretenimento sendo o folhetim o que melhor responde à

demanda e melhor se estrutura no seu nível” (Bosi, 2021, p. 107). Dessa forma, Maria Firmina dos Reis publicava seus escritos na imprensa maranhense com o pseudônimo de “Uma Maranhense” além das iniciais M.F.R. Mulher, afrodescendente, professora na pequena Vila de Guimarães (MA), a autora caiu em um longo período de esquecimento até ter sua obra *Úrsula* – primeira a abordar a temática da escravidão no Brasil pela escrita feminina – resgatada primeiramente pelo historiador e bibliófilo paraibano Horácio de Almeida que descobriu um raro exemplar do romance em um sebo no Rio de Janeiro no ano de 1962. Posteriormente, o biógrafo José Nascimento Morais Filho teve um papel importante ao dar visibilidade à autora com a obra *Maria Firmina, fragmentos de uma vida* em 1975. O *modus operandi* da autora consiste em contrapor o terror escravagista com a compaixão cristã de forma a despertar em seus leitores uma espécie de catarse a fim de estimular-lhes sentimentos abolicionistas. “Sabedora do impacto exercido nos leitores pela nova forma do romance – espécie de coqueluche literária da época –, a autora constrói um enredo folhetinesco para, uma vez fisgada a empatia do leitor, ir aos poucos introduzindo a crítica histórica e social” (Duarte, 2018b, p. 55). Maria Firmina constrói uma narrativa centrada nos infortúnios de dois amantes brancos, entretanto insere na trama as personagens escravizadas dotadas de humanidade e valores. “Trata-se de condenar a escravidão enquanto sistema que afronta a religião e a moral. E a autora o faz a partir do próprio discurso oriundo da hegemonia branca” (Duarte, 2018b, p. 56-57). A respeito dos sentimentos de terror e compaixão, necessários para se chegar à catarse aristotélica, há de se compreender que a compaixão “[...] diz respeito ao que vive a adversidade sem a merecer” (Aristóteles, 2017, p. 113), sendo Mãe Susana um bom exemplo disso, enquanto que o terror refere-se “[...] à adversidade que afeta um semelhante” (Aristóteles, 2017, p. 113) e novamente a trajetória de vida da velha africana se encaixa. Nesse sentido, a ideia de catarse corrobora nossa perspectiva de que a escravidão possa ser lida em uma chave trágica, uma vez que as personagens escravizadas representadas na narrativa de forma individualizada, podem também simbolizar todo um continente africano que foi violado e teve seus filhos sequestrados violentamente.

O Romantismo brasileiro apresenta em sua segunda geração “[...] toda uma temática emotiva de amor e morte, dúvida e ironia, entusiasmo e tédio” (Bosi, 2021, p. 115) além de que “[...] é com os românticos que começam a fixar-se *pessoas*, enquanto projeções de conflitos dos próprios autores” (Bosi, 2021, p. 138). Dessa maneira, a temática gótica e a aproximação com a morte eram recorrentes no período em que Firmina produziu seu romance. Ademais, ela como autora afrodescendente, filha e neta de escravas alforriadas, cresceu ouvindo os relatos do cativeiro e se consolidou como romancista antiescravista. Interessante notar que “[...] as formas de pensamento que exprimem conflito configuram-se em primeiro lugar no Nordeste, onde precocemente surgem correntes abolicionistas e republicanas” (Bosi, 2021, p. 164). Na alma do trágico temos um conflito e obviamente em nossa proposta ele se apresenta na contraposição da escravidão e da liberdade, do escravizado e do senhor. Os motins, fugas e formação de quilombos podem ser vistos sob o viés trágico como uma tentativa de driblar o destino imposto aos escravizados. Mãe Susana relata a punição recebida por aqueles que tentaram se amotinar dentro do navio negreiro rumo à América: “Da escotilha lançaram sobre nós água e breu fervendo, que nos escaldou e veio dar a morte aos cabeças do motim” (Reis, 2022, p. 94). O destino (*anankê*) para o trágico é sempre inexorável e na tentativa de escapar dele as personagens são acometidas por um sofrimento progressivo (*páthos*) imposto como consequência de suas ações. Portanto, a rebeldia ou a insubmissão dos cativos amplia o sofrimento.

mento por meio dos castigos impostos pelo senhor na figura do feitor. “O sistema escravista mantinha-se à base da violência institucionalizada” (Gomes, 2022, p. 72) e “[...] a romancista dá visibilidade à humanidade do negro africano submetido à escravidão, em contraponto ao pensamento hegemônico que o considerava inferior, desprovido de cultura e ancestralidade” (Gomes, 2022, p. 32). A instituição social do regime escravista é posta em xeque assim como as questões de ordem ética e moral as quais as tragédias também discutiam. Na tragédia há a função de induzir os espectadores a uma consciência trágica, ou seja, um processo de reflexão e analogamente a escrita firminiana também intentava despertar a reflexão dos seus leitores para a importância da abolição da escravatura no país.

No que tange à interseccionalidade, importante discutir que, apesar desse conceito teórico surgir em 1989 com Kimberlé Crenshaw – pesquisadora e ativista norte-americana nas áreas dos direitos civis, da teoria legal afro-americana e do feminismo – a pensadora brasileira Lélia Gonzalez já defendia, aproximadamente em 1983, a ideia de análise cruzada entre raça, classe e gênero, uma vez que não é porque um conceito ainda não tenha sido denominado na sua forma teórica que ele não seja percebido na prática. Sendo assim, o surgimento dele é relevante para que possamos reconhecer e buscar soluções para as desigualdades. No entendimento conceitual de Crenshaw, as discriminações racial, de gênero e de classe ocorrem de forma sobrepostas, ou seja, combinadas, enquanto que a visão tradicional da discriminação age para excluir essas sobreposições. O conceito surge na área do direito como uma ferramenta para entender e analisar como as desigualdades sociais operam. A articulação dos eixos de discriminação e poder – estruturais na sociedade – geram opressão e “[...] o peso combinado das estruturas de raça e das estruturas de gênero marginaliza as mulheres que estão na base” (Crenshaw, 2002, p. 12). Assim, tal conceito nasce no intuito de defender as mulheres negras que são marginalizadas justamente por estarem nessa base, posto que a “[...] interseccionalidade oferece uma oportunidade de fazermos com que todas as nossas políticas e práticas sejam, efetivamente, inclusivas e produtivas” (Crenshaw, 2002, p. 16).

Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2021) vão expandir e enriquecer o conceito de Crenshaw no sentido de utilizá-lo como ferramenta analítica para o entendimento das matrizes de poder. Segundo as autoras:

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas (Bilge; Collins, 2021, p. 16).

As pesquisadoras ainda apontam que as relações interseccionais de poder são geralmente invisíveis e que “[...] afetam todos os aspectos do convívio social” (Bilge; Collins, 2021, p. 17). Nesse sentido, fazer uso da interseccionalidade como instrumento de análise é muito útil para pensar e desenvolver meios de promover a equidade, conforme apontado pelas estudiosas. Por se tratar de um conceito heterogêneo e abrangente atende a uma série de problemas sociais. A grande questão colocada por Collins e Bilge é a análise do que esse termo faz, ou seja, quais consequências ele acarreta na vida das pessoas. Importante considerar as

relações de poder interseccionais dentro de um contexto social e a capacidade de identificar problemas na sociedade, já que muitos deles se sobrepõem criando múltiplos níveis de injustiça. Diante disso, partimos de um momento histórico brasileiro (escravidão no século XIX), abordando um problema social (escravidão e a possibilidade de abolição dela) e uma sensível questão (mulher negra escravizada representada por Mãe Susana). Ademais, faz-se necessário refletir em “[...] como as respostas interseccionais às injustiças sociais potencializam o ativismo” (Bilge; Collins, 2021, p. 20). Cabe pensar em Maria Firmina como uma espécie de ativista de seu tempo em prol da abolição da escravidão no Brasil ao trabalhar elementos de intersecção como forma de denúncia às arbitrariedades e abuso de poder dos senhores escravocratas, na medida em que

O romance situa a escravidão num contexto de supremacia da vontade senhorial como poder absoluto. E percebe-se logo a inserção da mulher também como individualidade sequestrada e elemento submetido, em síntese, uma personalidade moldada para a obediência, numa inédita postura de interseccionalidade entre gênero e etnia (Duarte, 2018a, p. 234).

Salientamos ainda o relevante estudo de Carla Akotirene (2019) no tocante à interseccionalidade, uma vez que ela, sendo militante do feminismo negro e pesquisadora brasileira, aborda o tema considerando o contexto nacional e a experiência da diáspora africana no país. Para a autora, esse conceito possibilita a compreensão da coexistência do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado como modeladores de experiências e subjetividades oriundos desde a colonização até a contemporaneidade. Akotirene (2019, p. 17) é precisa ao afirmar: “É da mulher negra o coração do conceito de interseccionalidade”, a fim de enfatizar que as “[...] mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe” (Akotirene, 2019, p. 14). Nesse sentido, reitera: “A interseccionalidade nos mostra como e quando mulheres negras são discriminadas e estão mais posicionadas em avenidas identitárias, que farão delas vulneráveis à colisão das estruturas e fluxos modernos” (Akotirene, 2019, p. 37). Além do mais, propõe adotar o Atlântico como *lócus* de opressões cruzadas, refutando pontos de vista hegemônicos, por acreditar que “[...] esse território de águas traduz, fundamentalmente, a história e migração forçada de africanas e africanos” (Akotirene, 2019, p. 15). Mãe Susana representa essa mulher africana em diáspora forçada até o Brasil e pensando especificamente na interseccionalidade vivida pela mulher negra escravizada consideramos que

A negra é “coisa”, pau pra toda obra, objeto de compra e venda em razão de sua condição de escrava. Mas é objeto sexual, ama de leite, saco de pancadas das sinhazinhas, porque, além de escrava, é mulher. Evidentemente, esta maneira de viver a chamada “condição feminina” não se dá fora da condição de classe... e mesmo de cor (Giacomini, 1988, p. 87-88).

Dado o exposto, após uma breve contextualização das teorias e conceitos utilizados para a análise da personagem Mãe Susana, de Maria Firmina dos Reis, seguimos para nossa análise buscando evidenciar alguns eixos de opressão vivenciados pela personagem supracitada. A escravidão brasileira foi um período histórico em que os escravizados sofreram violências tanto físicas quanto psicológicas e coube à literatura de Firmina a tarefa de nos lembrar

que precisamos propor uma discussão crítica acerca desse nosso passado. Dessa forma, portanto, buscamos demonstrar que a interseccionalidade presente em *Mãe Susana* é trágica e oriunda de sua diáspora forçada pelo Atlântico.

A interseccionalidade trágica na personagem *Mãe Susana*

A obra abolicionista *Úrsula*, publicada em 1859 em São Luís do Maranhão na forma folhetinesca “[...] denuncia o triângulo social em cujo vértice se coloca a vontade do senhor como intocável, a oprimir os que estão sob sua tutela: a mulher e o escravizado” (Duarte, 2018a, p. 234). Por conseguinte, utiliza-se tanto da forma romanesca quanto da folhetinesca como um “[...] instrumento a favor da dignificação dos oprimidos — em especial a mulher e o escravo” (Duarte, [20--?], p. 1). Maria Firmina dos Reis opera no romance uma abordagem inédita ao conferir poder de fala aos personagens escravizados, ou seja, temos o sujeito negro escravizado contando suas mazelas e não mais sendo retratado por um olhar outro. “No romance *Úrsula* o escravo ganha voz, se torna pleno e visível, identificado mais à africandade e suas características coletivas e ancestrais que à condição de mercadoria ou objeto” (Nascimento, 2018, p. 131).

A personagem *Mãe Susana* surge no enredo apenas no capítulo nove denominada como “preta Susana”. Antes de adentrarmos na análise dela, faz-se necessário contextualizar as demais personagens e suas relações dentro do enredo. *Úrsula* é uma moça branca que teve seu pai (Paulo B.) assassinado por seu tio (o comendador Fernando P.) e sua mãe (Luísa B.) era uma senhora branca paralítica e enferma. A jovem vivia em uma fazenda com a mãe e dois escravizados sendo eles Túlio e Susana. Tancredo, um jovem branco, bacharel em direito surge na narrativa a fim de compor par romântico com *Úrsula*. Tancredo possuía um pai tirano que maltratava sua mãe e foi o responsável por tramar o distanciamento dele de casa até o falecimento de sua matriarca. Então, seu pai se casa com a jovem Adelaide (moça pobre, órfã, primeiro amor de Tancredo e criada por sua mãe) e o filho rompe relações com ele. Há ainda um feitor branco do comendador, dois jagunços, um padre e Antero (escravizado, africano, velho, alcoólatra e guardião da casa do comendador).

Mãe Susana desponta na narrativa caracterizada como negra, mulher escravizada, boa e compassiva na ocasião em que Túlio estava a se despedir e partir em viagem, posto que havia alcançado a tão sonhada alforria como gratidão por salvar a vida do jovem Tancredo. O ex-escravizado experimentava um misto de felicidade e melancolia por deixar a casa de sua senhora (Luísa B.) e por deixar também *Mãe Susana*, que lhe serviu de mãe desde pequeno na ocasião em que fora separado de sua mãe biológica. Susana é assim descrita: “[...] trajava uma saia de grosseiro tecido de algodão preto, cuja orla chegava-lhe ao meio das pernas magras, e descarnadas como todo o seu corpo: na cabeça tinha cingido um lenço encarnado e amarelo, que mal lhe ocultava as alvíssimas cãs²” (Reis, 2022, p. 89-90). Além do mais, *Mãe Susana* é velha, fiava um fuso, fumava cachimbo com tabaco e também

[...] configura aquela voz feminina portadora da verdade histórica e que pontua as ações, ora com comentários e intervenções moralizantes, ora como verdadeira

² Alvíssimas cãs significam cabelos brancos.

pitonisa a tecer passado, presente e futuro nos anúncios e previsões que, por um lado, preparam o espírito do leitor e aceleram o andamento da narrativa e, por outro, instigam a reflexão e a crítica (Duarte, 2018a, p. 234-235).

De pronto já podemos visualizar algumas perspectivas identitárias que se cruzam na personagem, tais como gênero, raça e classe. Esclarecemos que referente à classe, tomamos a condição de escravizada como parâmetro, uma vez que tal condição representa sua posição perante a sociedade da época. Logo, a sobreposição de gênero, raça e classe é responsável por determinar como Mãe Susana será discriminada e oprimida ao longo de sua existência dentro da narrativa. Há uma tripla discriminação pelo fato de ser mulher, negra e escravizada.

Túlio acabara de conseguir sua alforria, mas a tragicidade do regime escravista consiste no fato de que ele ou qualquer outro escravizado na mesma situação jamais conseguiria se libertar da mácula da escravidão. “Para o negro, não há senão um destino. E ele é branco” (Fanon, 2008, p. 188), ou seja, os escravizados provenientes da África estavam predestinados a um destino inexorável que toma o branco como norma, que os inferioriza, que os oprime, que lhes furta sua identidade, sua cultura, sua religião, sua ancestralidade. Nesse sentido, o “[...] alforriado, ainda que portasse o documento da liberdade oficial, carregava a marca da escravidão. Nos livros diocesanos e cartoriais, após o registro do nome, o escrivão acrescentava a cor e o *status* jurídico do indivíduo” (Gomes, 2022, p. 88), ou seja, o “[...] fim do cativeiro não significava o fim da discriminação” (Gomes, 2022, p. 88).

Mãe Susana não é a personagem central do romance, porém ela pode ser facilmente identificada como uma espécie de protagonista marginal, já que mesmo diante de sua condição de personagem secundária ela ocupa lugar de destaque no decorrer do projeto abolicionista de denúncia do regime vigente proposto por Maria Firmina dentro do romance. A africana sente a perda de sua identidade maternal de forma violenta na ocasião em que é raptada e trazida para o Brasil dentro de um navio tumbeiro. Nas palavras dela: “Desgraçada de mim! Deixei-a [a filha] nos braços de minha mãe, e fui-me à roça colher milho. Ah! Nunca mais devia euvê-la...” (Reis, 2022, p. 93), contudo com a compra da mãe de Túlio, que era ainda pequeno, pelo comendador coube à Susana a tarefa de cuidar dele como a um filho. Às escravizadas era dada a tarefa de cuidar tanto dos escravizados pequenos quanto dos filhos das senhoras brancas e muitas vezes elas serviam de amas de leite. Por conseguinte, a “[...] mulher escravizada encontrava-se duplamente estigmatizada. Forçada a fornecer o leite materno aos filhos da sociedade escravocrata, ao fim, ainda se via responsabilizada pela suposta debilidade das crianças” (Gomes, 2022, p. 50). Essa debilidade seria ocasionada pelo fato das escravizadas teoricamente portarem “moléstias ocultas” e transmitirem tais moléstias aos bebês brancos via aleitamento. Ora, não bastava o cruel regime de violências – que impingia às escravizadas castigos, más condições de moradia e alimentação nas senzalas – também lhes era atribuída a responsabilidade pelos problemas das crianças que elas eram obrigadas a amamentar, muitas vezes em detrimento da amamentação de seus próprios filhos? Não. São múltiplas as opressões enfrentadas pelas mulheres negras escravizadas de forma que concordamos com Fanon (2018, p. 190) ao afirmar: “A desgraça do homem³ de cor é ter sido escravi-

³ Na obra fanoniana *Pele negra, máscaras brancas* o estudioso faz uso exclusivo da palavra homem, mas entendemos que se pode considerar humanidade ou pessoas como sinônima.

zado". É com a escravidão de pessoas negras que advém a ideia da superioridade de brancos, logo a instauração do racismo. Importante refletir que

Não temos um problema negro no Brasil, temos um problema nas relações entre negros e brancos. É a supremacia branca incrustada na branquitude, uma relação de dominação de um grupo sobre outro, como tantas que observamos cotidianamente ao nosso redor, na política, na cultura, na economia e que assegura privilégios para um dos grupos e relega péssimas condições de trabalho, de vida, ou até a morte, para o outro (Bento, 2022, p. 9).

Ademais, as “[...] hierarquias de raça e gênero foram fundamentais para a estruturação do pensamento colonial” (Bento, 2022, p. 23). Assim sendo, destacamos a relevância dos estudos de Collins e Bilge (2021) no tocante à interseccionalidade como ferramenta de análise para o entendimento das matrizes de poder que afetam as mulheres negras desde a época colonial. Indo ao encontro de tal teoria, prosseguimos nossa análise da personagem Mãe Susana no sentido de verificar como essas relações interseccionais de poder afetam a existência da personagem supramencionada de forma trágica, uma vez que ela morre, rendendo-se, devido a esse sistema de opressões que era o advento da escravidão. Eagleton (2013) inclusive observa que muitas personagens trágicas femininas⁴ quase não oferecem resistência a seu destino e que frequentemente elas se encontram em condições de desvantagem para resistir, como no caso de Susana que ficou sozinha em casa e foi facilmente levada até a fazenda do comendador, ameaçada com castigos, presa, acorrentada e recebendo apenas alimento com a finalidade de manter-se viva, de modo que pudesse receber ainda outras punições. O sofrimento trágico, para Eagleton (2013), implica um sentido de valor, sem o qual não teria significado. Firmina conota valor ao sofrimento da africana ao dotá-la de humanidade.

Em diálogo com Túlio, a velha africana demonstra consciência de que a condição de escravo não se extinguia com a alforria: “Meu filho, acho bom que não te vás. Que te adianta trocares um cativeiro por outro! E sabes tu se aí o encontrarás melhor?” (Reis, 2022, p. 91). Ela tenta abrir os olhos do filho ao perceber que ele não distingue bem os conceitos de escravidão e liberdade: “— Tu! Tu livre? Ah, não me iludas! [...] — Meu filho, tu és já livre? ...” (Reis, 2022, p. 91) e percebe que a gratidão dele pela alforria o faria escravo do jovem Tancredo mesmo com a carta de liberdade em mãos. Por sua vez, ele afirma para a velha africana ser “[...] livre como o éreis na vossa pátria” (Reis, 2022, p. 92), despertando recordações dolorosas nela. Então, principia-se o relato de suas memórias da África, de sua cultura como uma verdadeira *griot*⁵ de um tempo de real liberdade no seio de sua família de forma a estabelecer a africanidade do negro:

[...] Liberdade! Liberdade... ah! Eu a gozei na minha mocidade! — continuou Susana com amargura — Túlio, meu filho, ninguém a gozou mais ampla, não houve mulher alguma mais ditosa do que eu. Tranquila no seio da felicidade, via despontar o sol rutilante e ardente do meu país, e louca de prazer a essa hora matinal, em que tudo aí respira amor, eu corria as descarnadas e arenosas praias, e aí com minhas jovens companheiras, brincando alegres, com o sorriso nos lábios,

⁴ Eagleton (2013) exemplifica esse pensamento com *As troianas*, de Eurípedes e com *Clarissa*, de Richardson, ou seja, com uma tragédia e um romance trágico, respectivamente.

⁵ *Griot* (em português *griô*) são as pessoas que simbolizam a oralidade africana, que contam as histórias, narram os acontecimentos de seu povo, passando as tradições para as próximas gerações.

a paz no coração, divagávamos em busca das mil conchinhas, que bordam as brancas areias daquelas vastas praias. Ah! Meu filho! Mais tarde deram-me em matrimônio a um homem, que amei como a luz dos meus olhos, e como penhor dessa união veio uma filha querida, em que me revia, em quem tinha depositado todo o amor da minha alma: uma filha, que era minha vida, as minhas ambições, a minha suprema ventura, veio selar a nossa tão santa união. E esse país de minhas afeições, e esse esposo querido, e essa filha tão extremamente amada, ah Túlio! Tudo me obrigaram os bárbaros a deixar! Oh! Tudo, tudo até a própria liberdade! (Reis, 2022, p. 92-93).

Seguramente a “[...] fala de Mãe Susana é realmente um dos pontos altos do romance e o tom de paixão, saudade e dor que transparecem desse texto bem mostram o engajamento de Maria Firmina na defesa do negro” (Muzart, 2018, p. 32) e convém enfatizar que

Pela primeira vez em nossas letras, a África é tematizada e surge como *espaço de civilização* em que o individual e o comunitário se harmonizam, em que se planta e se colhe, se casa e se fazem filhos, em que existem valores e sentimentos de família e de pátria. Espaço este subitamente invadido por traficantes a serviço do aspecto mais nefasto da expansão europeia, embora corriqueiro desde o início dos descobrimentos” (Duarte, 2018b, p. 63).

A africana segue seu relato sobre sua vida na África, sua captura como escrava e a viagem no porão de um navio negreiro, demonstrando como lhe fora usurpada sua identidade, seu pertencimento a África e sua liberdade com extrema violência. Ela retornava da colheita na roça “[...] quando um assobio, que repercutiu nas matas, me veio orientar acerca do perigo iminente, que aí me aguardava. E logo dois homens apareceram, e amarraram-me com cordas. Era uma prisioneira — era uma escrava!” (Reis, 2022, p. 93). Ela suplicou em vão para que lhes restituíssem a liberdade, mas “[...] os bárbaros sorriam-se das minhas lágrimas, e olhavam-me sem compaixão” (Reis, 2022, p. 93). Adiante descreve a viagem:

Meteram-me a mim e a mais trezentos companheiros de infortúnio e de cativeiro no estreito e infecto porão de um navio. Tinha dias de crueis tormentos, e de falta absoluta de tudo quanto é mais necessário à vida passamos nessa sepultura até que abordamos às praias brasileiras. Para caber a *mercadoria humana* no porão fomos amarrados em pé e para que não houvesse receio de revolta, acorrentados como os animais ferozes das nossas matas, que se levam para recreio dos potentados da Europa. Davam-nos a água imunda, podre e dada com mesquinhez, a comida má e ainda mais porca: vímos morrer ao nosso lado muitos companheiros à falta de ar, de alimento e de água. É horrível lembrar que criaturas humanas tratam a seus semelhantes assim e que não lhes doa a consciência de levá-los à sepultura asfixiados e famintos! [...] Nos dois últimos dias não houve mais alimento. Os mais insofridos entraram a vozear. Grande Deus! (Reis, 2022, p. 94).

Firmina descreve pela primeira vez na literatura brasileira o porão de um navio tumbeiro com autoridade forjada pelo testemunho e conferindo autenticidade dramática ao relato de Mãe Susana (Duarte, 2018b). A autora não apenas narra um cenário, mas simbolicamente condensa as violências física, psicológica, social e religiosa sofridas pelos escravizados que se entrelaçam em uma tragédia vivenciada por aqueles que foram forçados ao regime escravocrata brasileiro. Na visão de Gomes (2022, p. 32): “É com o olhar no porão de um navio

do tráfico que a escritora faz emergir a narrativa abolicionista de seu romance *Úrsula*. Uma narrativa ampliada pelas lembranças da vida em liberdade nas ‘descarnadas e arenosas praias’ da África, nunca esquecidas pelos cativos”. Assim, sobrepõem sobre Mãe Susana uma série de opressões. Primeiramente, a violência física é evidente nas correntes, nos açoites e nas condições desumanas de sobrevivência a bordo dos navios negreiros. Tais elementos possuíam a finalidade tanto de prisão física como também funcionavam como instrumentos de terror, destinados a aniquilar a humanidade do cativo. O porão do navio se torna, portanto, símbolo de dor, de sofrimento exacerbado, onde a integridade física dos escravizados foi incessantemente ameaçada e violada. A violência psicológica é marcada pelo tormento contínuo de não mais poder ter contato ou notícias de sua família. Essa ruptura abrupta dos laços familiares aliada à incerteza do destino de seus entes queridos (esposo, filha, mãe) criava um sofrimento psíquico devastador e ainda era agravado pelas condições de isolamento e desespero. Tal prática de separação forçada funcionava também como um fator de desumanização objetivando enfraquecer a possível resistência dos escravizados, destruindo sua base emocional que poderia funcionar como alicerce na nova terra. A privação de sua liberdade é outra camada de opressão que recai sobre Mãe Susana. O fato de ser arrancada de sua terra natal e transformada em escrava significava não somente a perda de autonomia, como também a imposição de uma nova e trágica realidade. A liberdade de outrora agora se transforma em apenas longínquas memórias. A usurpação de sua identidade também emerge na narrativa, já que aos cativos eram dados outros nomes no Brasil. “No ato do registro de batismo o escravizado perdia o seu nome de origem. O senhor de escravos criava um prenome português e acrescentava o nome da nação que atribuía ao recém-chegado” (Gomes, 2022, p. 59). Esse ato representava a tentativa de apagar a história e a cultura dos escravizados, forçando-os a adquirir uma nova identidade em prol dos interesses de seu senhor, de modo a enfraquecer o senso de pertencimento, aniquilando sua identidade. Por fim, a perda do direito de professar sua crença impõe uma violência religiosa, pois os [...] templos das religiões africanas não eram admitidos em todo o Império, que adotara o catolicismo como religião oficial, seguindo o exemplo de Portugal” (Gomes, 2022, p. 49). Tal procedimento é representativo como tentativa de aculturação forçada visando consolidar a dominação do colonizador e também reprimir aglomerações em torno da espiritualidade africana – não compreendida pelos brancos colonizadores – que pudessem favorecer movimentos de revolta. Tais arbitrariedades que se sobrepõem sobre Mãe Susana são frutos de um sistema cruel baseado principalmente no racismo e no patriarcado, este também chamado de “sexismo institucionalizado” conforme bell hooks (2019). Maria Firmina, por meio de sua crítica, entrelaça o escravismo trágico com eixos interseccionais de opressão de modo a evidenciar como a experiência dos escravizados mostrou-se profundamente trágica e, nesse sentido, Eagleton (2013) também evidencia como o Romantismo lida com os temas trágicos e o sofrimento humano, uma vez que o foco romântico reside na injustiça e na opressão que o sujeito sofre. O sofrimento dos cativos africanos no Brasil mostrou-se, portanto, ser um projeto de colonização baseado na destruição de corpos, mentes, identidades e espiritualidades que necessitava de variadas formas de violência.

Ao chegar ao Brasil, Mãe Susana tornou-se escravizada do cruel comendador Fernando P. que “[...] derramava sem se horrorizar o sangue dos desgraçados negros por uma leve negligência, por uma obrigação mais tibiamente cumprida, por falta de inteligência!” (Reis, 2022, p. 95). Ela afirma: “[...] eu sofri com resignação todos os tratos que se davam a meus irmãos, e tão rigorosos como os que eles sentiam. E eu também os sofri, como eles, e muitas vezes

com a mais cruel injustiça” (Reis, 2022, p. 95). Quando Luísa B. se casou – também com um homem ruim – ela foi ser escrava deles e diz: “[...] eu suportei em silêncio o peso do seu rigor” (Reis, 2022, p. 95), além de descrever as torturas do novo senhor com seus escravos que “[...] debaixo dos açoites os mais crueis, das torturas do anjinho, do cepo e outros instrumentos de sua malvadeza, ou então nas prisões onde os sepultavam vivos, onde, carregados de ferros, como malévolos assassinos, acabavam a existência, amaldiçoando a escravidão” (Reis, 2022, p. 95) eles eram submetidos. Somente com a morte de Paulo B. a senhora e os escravizados amenizaram seus sofrimentos.

Mãe Susana cuidava da casa e de todos (Úrsula, Luísa B. e Túlio), inclusive ela é a responsável pela formação moral de Túlio. Com o término de seu impactante relato a Túlio, o jovem ex-escravizado vai embora acompanhando Tancredo. Nesse momento da narrativa a história dos desafortunados amantes Úrsula e Tancredo prossegue. Surge o comendador — “[...] homem detestável e rancoroso” (Reis, 2022, p. 143) — que se revela também tio de Úrsula e exige se casar com a moça que foge deixando Mãe Susana sozinha na fazenda após a morte de sua mãe. Fernando P. dirige-se à casa de sua irmã ao saber da morte dela a fim de encontrar Úrsula. Susana o atende e apenas diz que a menina havia ido rezar no cemitério. Quando ele não a encontra lá, fica furioso e vaticina o destino da africana: “— Susana! Hás de pagar-me! — Bradou fora de si. — Não zombarás de mim impunemente. Ao inferno descerás, negra maldita, e todo o meu rigor não bastará para a tua punição” (Reis, 2022, p. 149). Nesse instante ele chama um feitor branco e ordena: “Que a tragam de rastos. Que a atem à cauda de um fogoso cavalo, e que o fustiguem sem piedade, e ...” (Reis, 2022, p. 150). O feitor avisa que ela chegará morta. Fernando afirma: “Morta? ... Não, poupem-lhe um resto de vida, quero que fale, e demais reservo-lhe outro gênero de morte” (Reis, 2022, p. 150). “Somente em relação à mulher negra escravizada o branco escravizador exercia livremente o poder absoluto, porque conseguia ser violento e explorá-la, sem medo de uma retaliação ameaçadora” (hooks, 2019, p. 33). Ainda ordenou dobrar o serão dos escravos que ainda nem haviam terminado o do dia anterior. O feitor se mostra indignado e se demite. Corre para avisar Susana e pede que fuja, mas ela por ser inocente não teme seu destino. Susana como não sabia precisar o paradeiro de Úrsula recebe a sentença do comendador: “Encerrem-na na mais úmida prisão desta casa, ponha-se-lhe corrente aos pés e à cintura, e a comida seja-lhe permitida quanto baste para que eu a encontre viva” (Reis, 2022, p. 155). De fato, o “[...] tratamento brutal de mulheres negras escravizadas por homens brancos expôs a intensidade do ódio de homem à mulher e ao corpo da mulher” (hooks, 2019, p. 45). Diante disso, tanto o racismo, o ódio contra mulheres instituído pelo patriarcado quanto os ensinamentos cristãos de que a mulher seria uma sedutora má, a razão do pecado no mundo, serviram para incentivar e ratificar a brutalidade do homem branco contra as negras escravas (hooks, 2019).

Úrsula encontrava-se em um convento e escreve para Tancredo levar Susana ao seu encontro, apesar de ela já estar sofrendo na posse do comendador. Na tentativa de encontrar a mocinha, Fernando contrata dois jagunços que capturam Túlio. A ele é feita uma proposta de servidão em troca do paradeiro de Tancredo, mas o negro se faz de desentendido. Uma segunda proposta lhe é feita para que introduzisse o comendador no quarto dos amantes no intuito de assassinar Tancredo e ficar com Úrsula. Em troca receberia favores e até mesmo metade da sua fortuna se assim desejasse. Em virtude da negativa de Túlio ele foi preso, levado à fazenda do comendador e mantido sob a guarda de Antero. O ex-escravizado foge e corre para ajudar os amantes, mas morre com dois tiros disparados pelo comendador. Tancredo

também é morto por ele e Úrsula enlouquece. Na fazenda, Susana tem seu final envolta e carregada por dois negros “[...] em grosseira e exígua mortalha” (Reis, 2022, p. 184) rumo ao sepultar. Um velho sacerdote acusa Fernando: “— A infeliz [Susana] sucumbiu à força de horríveis tratos. Martirizastes a pobre velha, inocente, e que não teve parte na desaparição de Úrsula! [...] encerrastes nessa escura e úmida prisão, e aí a deixastes entregue aos vermes, à fome e ao desespero” (Reis, 2022, p. 185). O padre continua: “Porque era escrava, sobre carregaste-a de ferros; negastes-lhe o ar livre dos campos, e entretido com novas vinganças, nem dela mais vos recordastes!” (Reis, 2022, p. 185). O padre mostra a Fernando todos os seus males: os assassinatos, a loucura de Úrsula, a escravidão cruel a que submetia seus escravizados.

Ao observarmos os casos de Túlio e Mãe Susana, vale ressaltar que questões relativas ao gênero, raça e condição social nos ajudam a entender o motivo pelo qual a Túlio foram feitas propostas de ser um escravo do comendador ou de ser recompensado caso o ajudasse, mesmo ele sabendo que o negro mentira para proteger Tancredo, enquanto à Mãe Susana simplesmente essa possibilidade não foi sequer cotejada. A única coisa a fazer no caso dela foi martirizá-la com a escravidão, os ferros, o calabouço, a fome até a morte. Nesse sentido, é pertinente a observação de bell hooks (2019, p. 59) relacionando racismo, sexism e escravidão: “Enquanto racismo claramente foi o mal que decretou que pessoas negras seriam escravizadas, sexism foi o que determinou que o destino da mulher negra seria mais pesado, mais brutal do que o do homem negro escravizado”. De fato, mesmo a escravidão aparentemente sendo igual a todos os escravizados, ela foi sentida de forma diferente por homens, mulheres, crianças e idosos. Túlio ajudou Tancredo e mereceu a liberdade na forma da alforria, já Susana ajudou a senhora e sua filha e foi praticamente esquecida em casa ao alcance da ira do cruel senhor de escravos Fernando P. Dessa forma, tentamos demonstrar que

O domínio interpessoal do poder refere-se ao modo como os indivíduos vivenciam a convergência de poder estrutural, cultural e disciplinar. Esse poder molda identidades interseccionais de raça, classe, gênero, sexualidade, nação e idade que, por sua vez, organizam as interações sociais. A interseccionalidade reconhece que a percepção de pertencimento a um grupo pode tornar as pessoas vulneráveis a diversas formas de preconceito, mas, como somos simultaneamente membros de muitos grupos, nossas identidades complexas podem moldar as maneiras específicas como vivenciamos esse preconceito (Bilge; Collins, 2021, p. 29-30).

A interseccionalidade busca a compreensão da forma como as opressões são sentidas baseadas na experiência individual que por vezes passa despercebida (Bilge; Collins, 2021). “Homens e mulheres frequentemente sofrem o racismo de maneiras diferentes, assim como mulheres de diferentes raças podem vivenciar o sexism de maneiras bastante distintas, e assim por diante” (Bilge; Collins, 2021, p. 30). No final do romance venceu o patriarcado tirânico com todo o seu poder.

Considerações finais

No romance *Úrsula* (1859), Maria Firmina dos Reis nos oferece um retrato da escravidão no Brasil oitocentista desde o cruel momento do tráfico de africanos até os horrores vivenciados pelos escravizados em território nacional. Por meio de um ponto de vista interno,

ou seja, dos cátivos é possível ter noção do quanto o poder patriarcal era considerado inviolável e opressor resultando em agonia e morte a todos aqueles que ousassem afrontá-lo, sejam eles mulheres, escravizados, padres, crianças, filhos ou esposas. Racismo e sexism também são evidenciados no decorrer dos acontecimentos. Dessa maneira, a autora expõe as inúmeras perdas sofridas pelos africanos e afrodescendentes que aqui viveram: pátria, família, liberdade, vida, identidade, crença religiosa e língua.

Em nossa análise, pretendemos demonstrar que a escravidão é trágica nos termos de Terry Eagleton (2013), uma vez que ela recupera elementos do trágico que foram incorporados ao longo do romance como a ideia de destino (*anankê*) inexorável, de sofrimento (*páthos*), de catarse (*kátharsis*), da presença de um conflito baseado em extremidades opostas, da tentativa de despertar nos leitores uma certa consciência, de discutir valores da existência humana, da ideia de representar e ao mesmo tempo questionar a realidade, além de não estar representando pessoas, mas a vida, a coletividade da Mãe África. Ademais, tentamos entrelaçar essa ideia do trágico com o conceito de interseccionalidade, uma vez que a sobreposição de opressões pode ser evidenciada na personagem Mãe Susana a qual simboliza a intersecção de raça (negra), classe (escravizada) e gênero (mulher), conforme teorias de Kimberlé Crenshaw (originada em 1989), Carla Akotirene (2019), Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2021). Além do mais, procuramos apresentar como a interseccionalidade é uma importante ferramenta de análise para entender como as relações de poder operam a fim de gerar opressão e desigualdade em mulheres negras, no caso em mulheres negras escravizadas. Mãe Susana sofre com múltiplas opressões ao longo da narrativa: gênero, raça, violência, privação de liberdade, usurpação de identidade e de pertencimento, conforme tentamos evidenciar em nossa análise da referida personagem.

Maria Firmina dos Reis consegue, com a criação da supracitada personagem, entrelaçar o escravismo trágico com a perspectiva interseccional em seu romance abolicionista *Úrsula* (1859). Faz-se relevante, portanto, que os fatores de opressão possam ser considerados em sua intersecção e a escravidão no Brasil possa ser lida sob a perspectiva do trágico, sob a perspectiva da interseccionalidade trágica conforme a que ocorre com Mãe Susana, uma vez que essa personagem, simbolicamente, representa as inúmeras mulheres negras escravizadas no Brasil que foram violentamente sequestradas de sua terra natal e submetidas às mais variadas opressões ao longo de suas vidas. Dessa forma, ressaltamos a profundidade do retrato da escravidão delineado por Maria Firmina dos Reis em *Úrsula* (1859), evidenciando a intersecção de opressões sofridas por Mãe Susana. A análise do trágico, segundo Eagleton (2013), aliada à lente interseccional, oferece *insights* sobre como as dinâmicas de poder e as formas de opressão se entrelaçam, ampliando a compreensão da experiência das mulheres negras escravizadas no Brasil. Essa perspectiva enriquece a leitura do romance, destacando a relevância da interseccionalidade na análise das questões sociais e históricas abordadas pela autora.

Referências

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ARISTÓTELES. *Poética*. Tradução de Paulo Pinheiro. 2. ed. São Paulo: 34, 2017.

BENTO, Cida. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

- BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 53. ed. São Paulo: Cultrix, 2021.
- COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. Tradução de Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021.
- CRENSHAW, Kimberlé. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. *Cruzamento: raça e gênero*. Brasília: Unifem, p. 7-16, 2002. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4253342/mod_resource/content/1/InterseccionalidadeNaDiscriminacaoDeRacaEGenero_KimberleCrenshaw.pdf. Acesso em: 12 nov 2023.
- DUARTE, Eduardo de Assis. Escravidão e patriarcado na ficção de Maria Firmina dos Reis. *Estudos Linguísticos e Literários*, Salvador, n. 59, p. 223-236, 2018a. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/estudos/article/view/28876>. Acesso em: 18 jan. 2024.
- DUARTE, Eduardo de Assis. Maria Firmina dos Reis e os primórdios da ficção afro-brasileira. *Literafro – portal da literatura afro-brasileira*. Universidade Federal de Minas Gerais, [20--?]. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/29-critica-de-autores-femininos/317-maria-firmina-dos-reis-e-os-primordios-da-ficcao-afro-brasileira-critica>. Acesso em: 12 jan. 2024.
- DUARTE, Eduardo de Assis. Úrsula e a desconstrução da razão negra ocidental. In: DUARTE, Constância Lima et al (Org.). *Maria Firmina dos Reis: faces de uma precursora*. Rio de Janeiro: Malê, 2018b. p. 51-79.
- EAGLETON, Terry. *Doce violência: a ideia do trágico*. Tradução de Alzira Allegro. São Paulo: Unesp, 2013.
- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.
- GIACOMINI, Sonia Maria. *Mulher e escrava: uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- GOMES, Agenor. *Maria Firmina dos Reis e o cotidiano da escravidão no Brasil*. São Luís: AML, 2022.
- HOOKS, bell. *E eu não sou uma mulher?* Tradução de Bhuvi Libanio. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019. E-book.
- MORAIS FILHO, José Nascimento. *Maria Firmina, fragmentos de uma vida*. São Luiz: COCSN, 1975.
- MUZART, Zahidé Lupinacci. Uma pioneira: Maria Firmina dos Reis. In: DUARTE, Constância Lima et al (Org.). *Maria Firmina dos Reis: faces de uma precursora*. Rio de Janeiro: Malê, 2018. p. 21-37.
- NASCIMENTO, Juliano Carrupt do. A construção do negro no romance Úrsula. In: DUARTE, Constância Lima et al (Org.). *Maria Firmina dos Reis: faces de uma precursora*. Rio de Janeiro: Malê, 2018. p. 129-141.
- REIS, Maria Firmina dos. *Úrsula*. Rio de Janeiro: Malê, 2022.
- STEINER, George. *A morte da tragédia*. Tradução de Isa Kopelman. São Paulo: Perspectiva, 2006.